

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2018

Pelo presente instrumento particular de contrato, a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL**, Sociedade de Economia Mista, concessionária dos serviços de energia elétrica no Município de Campo Largo – PR, com sede na Rua Rui Barbosa, 520, na mesma cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.805.895/0001-30, Inscrição Estadual n.º 108.02030-00, representada por seu Diretor Presidente, Sr. **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.525.127-8, inscrito no CPF sob nº 911.237.479-20, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Largo – Paraná, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **GDA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. – EPP**, sediada na Rua Amazonas, nº 77, Vila Itaquí, Município de Campo Largo – PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.100.108/0001-60, neste ato representada pelo Sr. **LUCAS TREVISAN GABARDO**, brasileiro, portador do RG nº 6.832.027-5/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.528.059-57, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, estabelecem alteração ao Contrato Administrativo nº 039/2018, celebrado em 06 de junho de 2018, considerando:

- a) a continuidade da garantia de resguardar o patrimônio público da concessionária;
- b) sua relevância econômica e jurídica apurada pela Divisão de Logística e Compras;
- c) a possibilidade de prorrogação;
- d) a execução de forma contínua e de longa duração;
- e) a possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço, expondo nosso patrimônio;
- f) a adoção das regras dos artigos 55 e 58 a 61 da Lei 8.666/93, conforme expressamente dispõe o inciso I do § 3º, do art. 62, da mencionada lei;
- g) a vantajosidade da manutenção da contratação, tento em vista pesquisa de mercado, constituindo-se um dos objetivos precípuos da licitação, determinado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, considerando a renovação com obtenção de preços e condições mais vantajosas para a COCEL.

Instrumento o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente instrumento altera-se a Cláusula Terceira, prorrogando-se o prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses, passando à seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE TRABALHO E PRAZOS

3.1 Os serviços a serem executados serão autorizados pela **CONTRATANTE**, mediante emissão de **ODS** - Ordem de Serviço ou outro documento interno da **CONTRATANTE**.

3.2 Os serviços concluídos, vistoriados e aprovados computados por meio da tabela do SINAP.

3.3 O prazo de execução das atividades é de 24 (vinte e quatro) meses e inicia-se na data de assinatura do presente contrato.

3.4 O presente contrato poderá ser prorrogado, a critério da **CONTRATANTE**, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - Considerando a prorrogação do prazo, torna-se necessário alterar a Cláusula Décima Terceira, relativa ao valor do contrato, considerando o novo período de 12 (doze) meses, conforme abaixo descrito:

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1 O valor estimado para a execução dos serviços do presente Contrato é de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**.

4.2 A base para cálculo dos serviços e matérias será a Tabela do SINAP (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL) vigente.

4.3 O desconto concedido pela **CONTRATA** será de **10%**, que será aplicado como constante em todas as atividades da tabela do SINAP (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL).

4.4 No valor já estão considerados todos os custos ligados à execução dos serviços de responsabilidade da **CONTRATADA** a seguir exemplificados, mas não exaustivos, a saber:

4.4.1 Mão de obra acrescida de todos os encargos sociais, previdenciários, securitários e trabalhistas, inclusive adicional de periculosidade instituído pela Lei n.º 7.369, de 20.09.85;

4.4.2 Administração local, central e lucros;

4.4.3 Locomoção, alimentação e estada de pessoal;

4.4.4 Instalação e manutenção do canteiro dos serviços;

4.4.5 Transporte;

4.4.6 Equipamentos e ferramental necessários à execução dos serviços, incluindo operadores e auxiliares de operação e manutenção;

4.4.7 Tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços e utilidades fornecidos pela **CONTRATADA**, decorrentes da execução deste Contrato.

4.5 Fica desde já convencionado que a **CONTRATANTE** somente pagará os serviços, efetivamente realizados e aceitos pelo fiscal da **CONTRATANTE**, não cabendo nenhuma indenização caso não seja atingido o valor mencionado no subitem, 4.1.

4.6 Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE**, em reais, com recursos previstos no orçamento anual, vinculado às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário	Conta Contábil
16950/17530	132.03.1.9.05.000.3520

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA - Elegendo o foro da Comarca de Campo Largo - PR, para a solução de quaisquer questões decorrentes do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, firmam o presente em 02 (duas) vias, juntamente com as testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Campo Largo, 28 de maio de 2019.



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL


José Arlindo Lemos Chemin


GDA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. - EPP

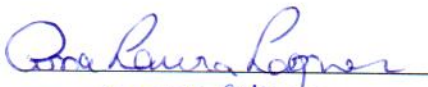
Lucas Trevisan Gabardo

TESTEMUNHAS:


CPF: 035.602.779-80


CPF:

GESTOR DO CONTRATO:


CPF: 93579279-20



PREFEITURA DE
CAMPO LARGO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Lei nº 2698/2015.

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO - PARANÁ

TERÇA-FEIRA, 05 DE JUNHO DE 2019.

ANO: XI

EDIÇÃO Nº: 1443- 40 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 2.246.700,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e seis mil e setecentos reais) valor global estimado, sendo o valor da US – Unidade de Serviço de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), para os serviços executados na área urbana, de R\$ 46,79 (quarenta e seis reais e setenta e nove centavos), considerando o acréscimo de 20%, para os serviços executados na área rural, e o pagamento efetuado até 15 dias da emissão e entrega da nota fiscal, desde que os serviços executados tenham sido vistoriados e aceitos pela inspeção da COCEL

DATA DE ASSINATURA: 27 de maio de 2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESTATAL Nº 039/2018

ORIGEM: Pregão Presencial 020/2018

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

CONTRATADA: GDA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP, CNPJ sob n.º 14.100.108/0001-60

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção e pequenas reformas com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em prédios da contratante, com base na tabela do SINAPI (sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil) vigente

PRAZO DE VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) valor global, sendo os serviços pagos conforme cronograma, de acordo com os preços unitários e totais apresentados na tabela de custo, após fiscalização e aceite do gestor do contrato

DATA DE ASSINATURA: 28 de maio de 2019

COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO Nº 388/19, DE 06/05/2019

ORIGEM: Processo Administrativo de Dispensa nº 015/2019- Lei nº 13.303/2016

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

CONTRATADO(A): MENDES & DE PAULA LTDA ME, CNPJ/MF sob o n.º 00.078.214/0001-80

OBJETO: Fornecimento e instalação de equipamentos de segurança e monitoramento na sede da COCEL

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 9.177,02 (nove mil, cento e setenta e sete reais e dois centavos), sendo o pagamento realizado em até 30 dias

DATA DE ASSINATURA: 30 de abril de 2019

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 35, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, combinado com o artigo 29, inciso II, da Lei nº 13.303/16

COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO Nº 419/19, DE 15/05/2019

ORIGEM: Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 012/2019- Lei nº 13.303/2016

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-
Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Marcelo Fabiani Puppi.
A Prefeitura Municipal de Campo Largo da garantia da autenticidade deste
documento, desde que visualizado através de
<http://www.campolargo.pr.gov.br/no link Diário Oficial>.

[Início](#)